



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 047/2023
PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2023

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 018/2023, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **ÂNGELA M R QUEIROZ CONFECCÕES ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.758.832/0001-95, estabelecido na Av. José Bonifácio, 1287 - centro - São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por sua titular a Sra. ÂNGELA MARIA RIGO QUEIROZ, brasileira, casada, empresária, portadora da RG nº 7.828.193-6 SSP/PR e CPF nº 027.118.619-45, residente e domiciliado na Rua Marechal Costa e Silva, s/n - centro - São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto: Aquisição materiais de consumo destinados a manutenção de todas as secretarias e departamentos da prefeitura municipal de São José das Palmeiras

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 018/2023, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

Cláusula Terceira: – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 112.410,00 (cento e doze mil, quatrocentos e dez reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega do (s) produto (s), mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico contabilidadesj123@gmail.com

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato tem com prazo de vigência até **30 de junho de 2024**, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	170	02.001.04.122.0002.2013	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	240	02.002.04.121.0002.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	370	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	490	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



2023	700	04.001.04.123.0003.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	780	04.002.04.123.0003.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	970	05.001.12.361.0004.2029	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1140	05.001.12.361.0004.2033	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1240	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1440	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1660	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1870	05.002.13.392.0005.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2190	06.002.10.301.0007.2052	4942	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2200	06.002.10.301.0007.2052	4945	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2610	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2620	06.002.10.301.0007.2059	49412	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2920	06.002.10.304.0007.2063	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2960	06.002.10.305.0007.2064	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3160	07.001.15.452.0008.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3200	07.001.15.452.0008.2069	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3300	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3310	07.001.15.452.0008.2071	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3520	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3850	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3990	09.001.08.244.0012.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4200	09.002.08.244.0012.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4250	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4400	09.002.08.244.0012.6091	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4520	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4580	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4690	09.005.08.241.0012.2096	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: A entrega dos produtos deverá ocorrer quando da solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Os materiais deverão ser entregues na sede da Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) a partir da solicitação de entrega.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente pregão presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Danubia Cassia da Silva Bernabe**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira- Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

São José das Palmeiras, em 21 de Junho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

ÂNGELA M R QUEIROZ CONFECÇÕES ME
Contratado

Testemunhas: _____



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023.**

OBJETO: Aquisição materiais de consumo destinados a manutenção de todas as secretarias e departamentos da prefeitura municipal de São José das Palmeiras

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: ÂNGELA M R QUEIROZ CONFECÇÕES ME

VALOR: R\$ 112.410,00 (cento e doze mil, quatrocentos e dez reais) até término do contrato até término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 30 de Junho de 2024.

São José das Palmeiras, em 20 de Junho de 2023.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal